



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CURSO: BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

ISABEL CRISTINA DE SOUSA CORDEIRO

**ACESSIBILIDADE E BARREIRAS INFORMACIONAIS ENCONTRADAS POR
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o caso dos usuários do Instituto dos
Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha**

**JOÃO PESSOA
2015**

ISABEL CRISTINA DE SOUSA CORDEIRO

**ACESSIBILIDADE E BARREIRAS INFORMACIONAIS ENCONTRADAS POR
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o caso dos usuários do Instituto dos
Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Profa. Dra. Suerde Miranda de
Oliveira Brito.

JOÃO PESSOA
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C794a Cordeiro, Isabel Cristina de Sousa
Acessibilidade e barreiras informacionais encontradas por
pessoas com deficiência visual [manuscrito] : o caso dos usuários
do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha / Isabel Cristina
de Sousa Cordeiro. - 2015.
55 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito,
Departamento de Arquivologia".

1. Acesso à informação. 2. Barreiras informacionais. 3.
Deficiência visual. I. Título.

21. ed. CDD 025.04

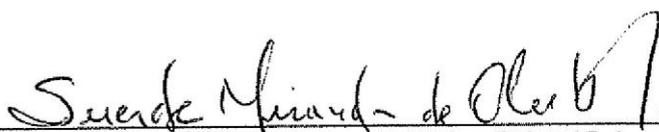
ISABEL CRISTINA DE SOUSA CORDEIRO

**ACESSIBILIDADE E BARREIRAS INFORMACIONAIS ENCONTRADAS POR
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: o caso dos usuários do Instituto dos
Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento às exigências legais para
obtenção do grau de **BACHARELA** em
Arquivologia.

Aprovado em: 20/10/2015.

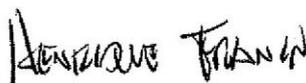
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Suerde Miranda de Oliveira Brito (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Anna Carla Silva de Queiroz - Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Henrique Elias Cabral França - Examinador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*À minha tia Lúcia,
pelo amor e carinho
que sempre me dedicou*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por todas as graças alcançadas e pelo dom da vida.

À minha orientadora Dra. Suerde Brito, pela sua paciência, dedicação, apoio e por seu empenho na realização desse trabalho.

Aos meus pais Queginaldo Cordeiro e Maria das Graças Cordeiro pelo incentivo constante para o alcance dos meus objetivos.

À minha irmã Teresa Cristina e meu querido sobrinho Lucas Cordeiro Lira, pelas presenças em minha vida. Amo-os incondicionalmente.

Às minhas amigas do Curso de Arquivologia, Vanessa Velez, Gabriela Kamilla, Dayane Santos, Janaína Santos, Maria José Amaro e Gilza Mesquita, que me auxiliaram de forma direta ou indireta a realizar esse sonho e aguentaram minhas queixas e ansiedade.

Aos professores do Curso de Arquivologia da UEPB, em especial, Esmeralda Porfírio, Anna Carla Queiroz e Henrique França, que contribuíram ao longo desses anos, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos meus amigos de trabalho que se tornaram parte da minha família em especial, Cássia Lima, Janice Santos, e ao meu querido amigo Lourenço, pela paciência e incentivo para a conclusão desse trabalho.

Ao Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, pela atenção e presteza para conosco durante a construção desse trabalho.

Às minhas colegas Gel e Ângela, duas pessoas especiais que trabalham no Instituto e que me mostraram um mundo novo com a maior boa vontade e paciência.

A um amigo muito especial, Djalma Oliveira, que com sua paciência e presteza me ajudou e muito a concluir esse trabalho.

Aos professores membros da banca, Ma. Anna Carla Queiroz e Me. Henrique França, por terem aceitado o convite com a maior presteza e prontidão. Obrigada, do fundo do meu coração!

A cegueira que cega cerrando os olhos, não é a maior cegueira; a que cega deixando os olhos abertos, essa é a mais cega de todas.

(António Vieira)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A DEFICIÊNCIA E SEUS ESTIGMAS	15
1.1 AS DESCOBERTAS CIENTÍFICAS E O ACESSO À INFORMAÇÃO DOS DEFICIENTES.....	17
1.2 DO SISTEMA BRAILLE À INCLUSÃO DIGITAL.....	18
2 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E OS USUÁRIOS CEGOS	21
2.1 O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À INFORMAÇÃO E A AUDIODESCRIÇÃO	22
2.2 AS BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL	24
3 METODOLOGIA	29
3.1 CAMPO EMPÍRICO.....	30
3.2 OS PARTICIPANTE DO ESTUDO	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 OS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA DOS USUÁRIOS DO ICPAC	33
4.2 O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DA AMOSTRA NO ICPAC	37
4.3 USUÁRIOS E PROFESSORES DO ICPAC: ACESSO E BARREIRAS INFORMACIONAIS.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA A.....	51
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA B.....	52
APÊNDICE C – TERMO DE CESSÃO DE IMAGEM, NOME, VOZ E DADOS BIOGRÁFICOS.....	53
APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO (TA).....	54
APÊNDICE E – DIÁRIO DE CAMPO.....	55

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar quais os meios de acesso à informação são utilizados pelos usuários do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC) e quais as barreiras informacionais por eles enfrentadas. Caracteriza-se como estudo de campo, exploratório de abordagem quantiquantitativa e utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação direta. Participaram da pesquisa nove usuários e três professores do ICPAC. Os principais obstáculos citados foram: locomoção (falta de conservação das vias públicas e transporte público), falta de treinamento tecnológico, e desrespeito e falta de capacitação das pessoas destinadas a auxiliar as pessoas com deficiência visual a terem acesso à informação. Pelo que foi proposto nesse estudo conseguimos alcançar os objetivos propostos no início do trabalho, pois conseguimos identificar as principais barreiras que dificultam o acesso a informação das pessoas com deficiência visual e verificamos que ainda hoje a maior dificuldade continua sendo a locomoção dessas pessoas independentes delas serem adultas ou jovens.

Palavras-Chave: Acesso à informação. Barreiras informacionais. Deficiência visual.

ABSTRACT

This paper's general aim was to identify the means of access to information are used by users of the Institute of the Blind of Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC) and what information barriers they face. It is characterized as a field of study, Quantiquitative approach of exploratory and using as data collection instruments to semi-structured interviews and direct observation. The participants were nine users and three ICPAC teachers. The main obstacles cited were: locomotion (lack of conservation of roads and public transport), lack of technological training, and disrespect and lack of empowerment of people to assist people with visual disabilities to have access to information. From what has been proposed in this study have achieved the objectives proposed at the beginning of the work, because we can identify the main barriers that hinder access to information for people with visual impairment and found that today the greatest difficulty remains the locomotion of these independent people of them are adult or youth.

Keywords: Access to information. Information barriers. Visual impairment

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Reglete: instrumento usado para a escrita do Braille
- Figura 2 – Punção: instrumento utilizado na escrita Braille
- Figura 3 – Fachada da entrada do ICPAC
- Figura 4 – Busto da sr^a Adalgisa Cunha, na área externa do ICPAC
- Figura 5 – Área externa do ICPAC
- Figura 6– Acervo de livros da Biblioteca Marizete Rodrigues

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICPAC - Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha

IES - Instituições de Ensino Superior

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

ONU - Organização das Nações Unidas

PDV - Pessoas com Deficiência Visual

PPD - Pessoa Portadora de Deficiência

TA - Termo de Assentimento

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

INTRODUÇÃO

Há um tempo, as pessoas que tinham alguma anomalia física ou mental eram desprezadas pela sociedade e excluídas do seio familiar. Inclusive as crianças com problemas de nascença, eram consideradas seres desclassificados e inferiores, aos olhos dos outros, e rotuladas como sem função no desenvolvimento social da comunidade, conforme concebidas.

Portanto, eram considerados como seres que precisariam ser afastados da sociedade e, dessa forma, eram obrigados a competirem pela própria sobrevivência, como seres inferiores. Dependendo da época e do contexto social, poderiam ser eliminados, de acordo com algumas culturas. Assim, “falar da diferença¹ provoca, ao mesmo tempo, uma problematização sobre a oposição entre a normalidade e a anormalidade e, inclusive, a própria normalidade, do cotidiano” (SKLIAR, 1998, p. 5).

A classificação e/ou padronização social pode levar indivíduos facilmente influenciáveis a atitudes que inferiorizam e discriminam a todos que não se adequam aos padrões – estéticos, monetários, físicos e intelectuais –, estabelecidos e impostos na sociedade.

Nessa perspectiva, o ser humano considerado pela sociedade como sendo desigual dos demais, representaria uma fraqueza da condição humana e, até mesmo, de um povo. Para combater esse pensamento preconceituoso, existem políticas impostas, incontestadas e apoiadas por grande parte da sociedade em determinadas culturas, dentre elas, merece destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (UNESCO).

Conforme Levy e Simonetti (1999), as regras “criadas” na sociedade civil e religiosa serviam, claramente, para impor obstáculos ao desigual, embasado nos mitos e nas crenças, fundados no desconhecido e atribuídos ao pensamento de que eram castigos divinos direcionados ao sujeito. Esse pensamento perdurou por alguns anos, forçando à pessoas com deficiência, a serem renegados e a viverem reclusos e desprezados.

No cenário atual, a legitimidade do direito constitucional garante que as pessoas são iguais perante a Lei (BRASIL, 1998). Essa conquista advém do jogo de forças que exerce um efeito de seleção e recriação de horizontes conceituais que

¹ Característica ou particularidade do que é diferente; aquilo capaz de distinguir uma coisa de outra e que não possui nem demonstra igualdade; desprovido de semelhança; dessemelhança.

norteiam a vida em sociedade, colocando em perspectiva a interface da limitação ou necessidade especial do sujeito/cidadão, com a dimensão de sociedade igualitária.

Os movimentos de inclusão social promovidos por militantes, defensores simpatizantes e instituições públicas ou não governamentais ligadas à causa da inclusão da pessoa com deficiência física têm promovido a ação de crescimento contínuo, na prática inclusiva dos cegos na sociedade e de políticas públicas.

A sociedade civil conquistou avanços jurídicos decorrentes do movimento social, junto ao poder público, nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal (PERLIN, 1998). Na atualidade, o acesso à informação é fundamental para a vida em sociedade, conforme destaca JARDIM (2009, p. 2): “O direito a informação [...] carrega em si uma flexibilidade que situa não apenas como direito civil, mas também como um direito político e um direito social, compondo uma dimensão historicamente nova da cidadania”.

O processo de inclusão social da pessoa com deficiência, que é garantido por Lei, perpassa pela acessibilidade à informação proporcionando as pessoas com deficiência, condições que disponibilizem os conteúdos informativos, fundamentais para a autonomia do sujeito (BRASIL, 1998). Nesta direção, Bokova (2014) defende a construção de sociedades do conhecimento inclusivas, a qual demanda a substituição da exclusão e da discriminação por inclusão e empoderamento². Isto, segundo ela, exige a reunião de forças das tecnologias de informação e comunicação.

Ainda de acordo com a supracitada autora, empoderar pessoas com deficiência significa dar a capacidade a alguém de poder fazer alguma coisa por si próprio, ou seja ensiná-lo a pescar, para que saiba buscar seu próprio alimento a sociedade, o que exige não só políticas públicas e legislações corretas, que tornem as informações e o conhecimento mais acessíveis, mas também que padrões de acessibilidade sejam aplicados tanto ao conteúdo como aos produtos e serviços.

A partir das pesquisas iniciais sobre esse tema, para a construção desse trabalho, verificou-se que a discussão sobre o mesmo no meio arquivístico não é abrangente. Assim, a ausência de pesquisas exerce uma força motivadora para discorrer sobre o assunto, pois a questão da acessibilidade à informação é atual e pressupõe-se que só será possível se for construída e perpassar pela inclusão

² Dar importância e confiar nas pessoas, dando-lhes liberdade e autonomia de ação.

social. A isto se soma o papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) de fomentarem o conhecimento e o curso de Arquivologia como preceptor³ de profissionais da informação tem como papel primordial facilitar o acesso a informação de todos os cidadãos sejam eles com capacidade física limitada ou não. A informação poderá ser acessada no formato físico, digital ou com o auxílio de aparelhos assistivos específicos para pessoas com deficiência.

Diante destas considerações, e tendo em vista nosso interesse em conhecer o trabalho do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), perguntamos: Quais os meios de acesso à informação são utilizados pelos usuários do ICPAC? Quais as barreiras informacionais por eles enfrentadas?

Assim, a pesquisa desenvolvida para fins de elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo geral identificar quais os meios de acesso à informação são utilizados pelos usuários do ICPAC e quais as barreiras por eles enfrentadas.

Espera-se propiciar novos olhares acerca da inclusão social de pessoas portadoras de deficiência, especificamente da deficiência visual, no intuito de fomentar a reflexão sobre o papel do arquivista, profissional que poderá contribuir com o rompimento de barreiras de acessibilidade à informação.

Esse TCC está organizado em seis capítulos. O primeiro é essa parte introdutória, o segundo, intitulado 'A deficiência e seus estigmas', aborda como as descobertas científicas vêm vencendo o preconceito, bem como a relação do sistema Braille com a inclusão digital.

O terceiro capítulo, 'A importância da informação e os usuários cegos', trata do acesso das pessoas com deficiência visual à informação, a audiodescrição e as barreiras de acessibilidade informacional vivenciadas pelos participantes da pesquisa. O quarto capítulo discorre sobre os aspectos metodológicos, apresentado o campo empírico; os participantes do estudo; os instrumentos e procedimentos de coleta de dados. No quinto capítulo, são apresentados os Resultados e Discussão dos dados sociodemográficos da amostra de usuários do ICPAC e as análises relativas ao acesso à informação e às barreiras informacionais. Na sequência, como usual, são feitas as Considerações Finais.

1 A DEFICIÊNCIA E SEUS ESTIGMAS

Deficiência é um tema que vem sendo discutido nos últimos anos não só pelo fato de indivíduos de vários segmentos terem uma visão diferenciada do assunto, mas também pela construção histórica de paradigmas equivocados sobre a temática.

Na Antiguidade e na Idade Média, as pessoas comuns e mais abastadas, inclusive filósofos como Platão e Aristóteles, renegavam os deficientes a uma vida de abandono, piedade e compaixão, pois acreditavam que pessoas nascidas com alguma deformidade eram amaldiçoadas e castigadas pelos deuses. Por isso, deveriam ser eliminadas, como defendia Martin Luthe, reformulador protestante da Idade Média, que aconselhava que matassem as “crianças monstras”. Neste sentido, de acordo com Beyer (2005, p.14), "nas cidades gregas de Atenas e Esparta havia uma Lei que defendia como também fomentava o genocídio de crianças com deficiência".

Ao longo do tempo, o pensamento de igualdade foi evoluindo e crescendo à medida que os grupos foram se organizando e reivindicando espaços antes negados pelo preconceito. Entretanto, tiveram que enfrentar outras formas de preconceito, dentre elas, destaca-se a classificação semântica relacionada à deficiência.

Para classificar o deficiente, as pessoas sem deficiência costumavam chamá-las de: aleijado, mongolóide, doido e ceguinho, dentre outros termos pejorativos. Segundo Buscaglia (1997), todas essas palavras possuem relação com o profundo desconhecimento que a maioria das pessoas acumula durante suas vidas e são reflexo das imagens que visualizam e incorporam como pessoas capacitadas de participarem ativamente na sociedade.

O termo Pessoa Portadora de Deficiência (PPD) surgiu para denominar/classificar aqueles que apresentavam, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal, para o ser humano.

Apesar de descrever com objetividade o deficiente, a sociedade, ainda discute sobre essa denominação, pois o termo portador dá ideia do sujeito carregar ou portar algo. Porém, como pode carregar algo, se é justamente a falta, redução ou ausência que o faz ser diferente, como a autora Buscaglia (1997) tão bem explica.

Ao longo dos anos, os termos que definem a deficiência foram adequando-se à evolução da ciência e da sociedade e segundo Amiralian et al, 2000, p. 98) deficiência significa: “Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se [...] defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo”.

Atualmente, o termo correto empregado é Pessoa com Deficiência, conforme texto aprovado pela Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidades das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, e ratificada, no Brasil, em julho de 2008.

De acordo com a UNESCO (2014), a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 15% da população mundial sejam de pessoas com deficiência. Esta prevalência, segundo a OMS (2012), é superior às estimativas precedentes, que datam de 1970 e sugerem 10%. Para assegurar os direitos desses indivíduos, a ONU elaborou um documento, durante a e, assim, quebrou um paradigma que estigmatizava o diferente como sendo um objeto de caridade e, dessa forma, passaram a ser visualizado como portador de direitos. Nesse sentido, as discussões caminham para a análise de informações esclarecedoras sobre as limitações da deficiência visual, a acessibilidade informacional e as barreiras ainda existentes.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) existem, aproximadamente, 190 milhões de habitantes, havendo cerca de 45,6 milhões de pessoas, que somam 23,9% da população, com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental. A deficiência mais frequente é a visual, inclusive cerca de 35 milhões de pessoas (18,8%) declararam ter dificuldade de enxergar, mesmo utilizando óculos ou lentes de contato. Na região Nordeste se concentra o maior número de pessoas com deficiências, ocorrendo maior incidência no Rio Grande do Norte e Paraíba. Neste, aproximadamente 1.045.962 habitantes possuem algum tipo de deficiência, principalmente a visual, pois 823 mil pessoas, o que equivale a 21,8% da população paraibana, declararam que têm dificuldade para enxergar, mesmo com o uso de óculos ou lente de contato. Desse total, 142.196 informaram que possuem deficiência visual severa, sendo 8.477 cegas (IBGE, 2010).

De acordo com os supracitados dados estatísticos, verificamos a dimensão do número de pessoas com deficiência que vive no estado paraibano e pressupomos

então serem muitos os que possuem dificuldades decorrentes de suas limitações físicas.

Para a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - Adevipar (2005, p. 2 apud FERREIRA; BORTOLIN, 2007 p. 3), “Sendo sua condição temporária ou permanente, a deficiência impede o indivíduo de realizar determinadas ações como: mobilidade, atividades de lazer, integração social e independência”.

1.1 AS DESCOBERTAS CIENTÍFICAS E O ACESSO À INFORMAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nas sociedades primitivas (indígenas), por exemplo, as pessoas cegas eram vistas como possuídas por espíritos malignos, pecadoras e, por essas razões, eram mortas ou abandonadas. Dessa forma, em grande parte das sociedades não havia cegos, pois manter qualquer contato com eles significava manter contato com um espírito mau. O cego era, portanto, objeto de temor religioso (FRANCO; DIAS, 2005).

Esse temor contra a pessoa cega foi sendo extinto pelas sociedades e civilizações, no decorrer do tempo, evoluindo com as descobertas científicas, explicando a doença e desenvolvendo tratamentos específicos para os deficientes. Assim, os olhares de superstição e maldição foram sendo substituídos, paulatinamente, por meio da inclusão dos cegos na sociedade.

A deficiência visual é definida como a perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, com caráter definitivo, não sendo susceptível de ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e/ou tratamento clínico ou cirúrgico. Clinicamente, a perda da visão congênita é aquela que o indivíduo já possui ao nascer, seja transmitida pela mãe durante a gestação ou ocasionada por doenças infectocontagiosas; e a perda da visão adquirida é aquela proveniente dos meios externos, como acidentes (VIEIRA, 2004).

De acordo com a Fundação Dorina Nowill (2012), “a deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão”.

As pessoas com deficiência visual são os cegos e/ou os que possuem baixa visão— visão parcial ou visão subnormal. Os cegos não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta e necessitam utilizar outros sentidos no processo de desenvolvimento e aprendizagem. As pessoas com baixa visão são aquelas que

utilizam seu pequeno potencial visual para explorar o ambiente, conhecer o mundo e aprender a ler e escrever. Segundo Brasil (1994, p. 13) os dois "precisam de atendimento especial, os cegos pelo fato de não enxergarem e terem que utilizar o sistema Braille para aprender a ler e escrever e, os que possuem baixa visão, apesar de ainda terem resíduos visuais, que permitem fazer leituras, precisam de equipamentos específicos, tais como: óculos, lupas, lentes de aumento para desenvolver melhor a leitura e escrita".

Importante que haja distinção, entre as causas da deficiência visual, no intuito de possibilitar singularizar o funcionamento da visão e, desse modo, oferecer tratamento adequado, diferenciando o cego do indivíduo de baixa visão. Essa distinção proporciona a inclusão social de acesso à educação, cultura, tecnologia, bens culturais, locomoção e, aos documentos arquivísticos.

1.2 DO SISTEMA BRAILLE À INCLUSÃO DIGITAL

Ao longo dos anos, a sociedade observou a necessidade das pessoas cegas terem um local apropriado para viverem e estudarem, assim implantou-se a primeira escola para cegos no mundo em 1874, localizada em Paris, França, o Instituto Real dos Jovens Cegos. Nessa mesma época, um jovem estudante, chamado Louis Braille, adquire o conhecimento de um método, denominado Sonografia⁴ ou Código Militar, elaborado por Charles Barbil, cujo objetivo era "possibilitar a comunicação noturna entre oficiais nas campanhas de guerra" (BRASIL, 2001, p. 33).

Esse sistema era baseado em 12 sinais, compreendendo linhas e pontos salientes, no qual representava as sílabas da língua francesa. Esse invento foi à base para a criação do Sistema Braille, criado por Louis Braille, em 1825. Porém, a implantação do Sistema Braille não percorreu um caminho tranquilo, inclusive onde foi criado e aperfeiçoado, pois só foi aceito definitivamente 25 anos após sua criação, devido à resistência da sociedade. No Brasil, o Braille foi adotado em 1854, pelo Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente, Instituto Benjamin Constant, que se tornou a primeira instituição da América Latina a adotar esses sistemas na sua rotina pedagógica, possibilitando que as pessoas com deficiência visual aprendessem a ler e escrever.

⁴ Código formado por uma série de pontos salientes em folha de papel, no intuito de possibilitar a comunicação silenciosamente e sem luz.

O sistema de Braille funciona através da utilização de 63 sinais, compostos por uma combinação de seis pontos, conhecidos como Celas Braille, dispostos em duas colunas de três pontos cada uma. A aplicabilidade desse método é extensa, podendo ser cabível em textos de vários idiomas, como nas simbologias matemáticas, na científica e na informática. A escrita Braille é realizada por meio de uma reglete⁵ e um punção⁶.

Figura 1- Reglete: instrumento usado para a escrita do Braille



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014

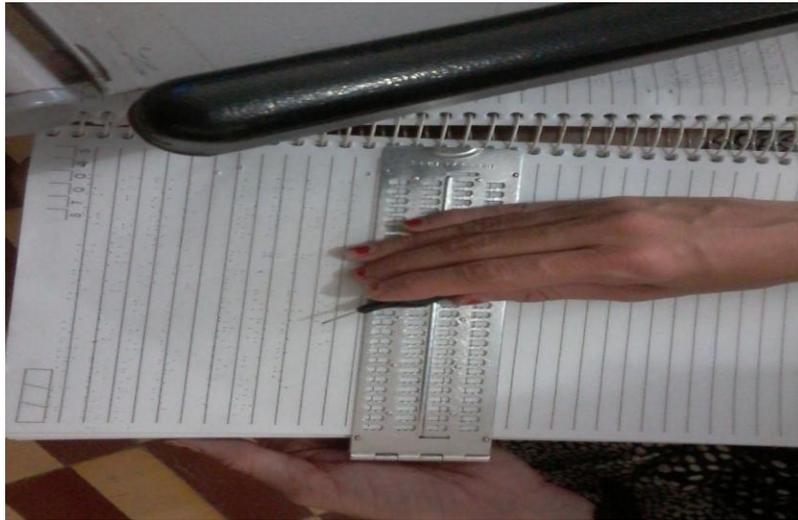
Esse processo de escrita tem a desvantagem de ser lento, devido à perfuração de cada ponto, exige boa coordenação motora, já que a correção de erros é problemática. Enquanto que a máquina de escrever torna a escrita Braille algo mais rápido e dinâmico – por meio de simples toques de uma combinação de teclas, se produz os pontos que correspondem aos sinais e símbolos desejados.

Para um bom aproveitamento do Braille são necessárias habilidades que envolvem conceitos espaciais e numéricos, boa coordenação motora e sensibilidade, assim recomenda-se que o Braille seja ensinado às crianças ao serem inseridas na escola, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

⁵ Instrumento usado para a escrita manual do Braille é composta basicamente por uma régua-guia, entre cujas partes, inferior e superior a folha é colocada.

⁶ Instrumento que tem a mesma função que as canetas, ou seja, marcar o papel.

Figura 2 – Punção: instrumento utilizado na escrita Braille



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Com o desenvolvimento tecnológico o homem cada vez mais, utiliza-se das ferramentas inventadas para facilitar e melhorar a vida cotidiana, tanto de pessoas ditas “normais” e deficientes. Queiroz (2000) observa que a informática, como o braille, entrou na vida das pessoas com deficiência visual como um vertiginoso meio de integração social, abrindo assim um horizonte infinito de informação, educação, cultura, mercado de trabalho e comunicação.

Para tanto, diversas tecnologias assistivas⁷ foram produzidas para auxiliar pessoas com deficiência visual a operar computadores, possibilitando uma maior acessibilidade ao meio tecnológico e à informação e os ampliadores de telas, utilizados por pessoas com visão subnormal; os recursos de áudio, teclado e impressora Braille, utilizados pelos indivíduos com cegueira total, são exemplos desse tipo de tecnologia.

De acordo com Melo (2009, p. 94), a "tecnologia assistiva são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades diárias por pessoas com deficiência procuram aumentar a capacidade funcional e assim promover a independência e a autonomia de quem as utiliza”.

A informática possibilitou mecanismos especiais para facilitar as buscas voltadas para os deficientes visuais, o uso do computador pelo deficiente visual tornou-se possível graças ao desenvolvimento de leitores de tela e sintetizadores de

⁷ São recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades diárias por pessoas com deficiência. Procura aumentar as capacidades funcionais e assim promover a independência e a autonomia quem as utiliza.

voz capazes de transmitir oralmente toda a informação visual disponível no monitor. Com o uso desses recursos de áudio essas pessoas podem desempenhar, desde tarefas mais simples até as mais complexas e, que exigem um maior conhecimento das funções de informática. Os programas desenvolvidos para computador tais como softwares especiais Dosvox⁸, Virtual Vison⁹ e o Jaws¹⁰, máquina em braile, gravador especial, impressora em braile, livros em braile de algumas disciplinas, estão sendo introduzidos no cotidiano dos deficientes para facilitar e inserir os deficientes na sociedade da informação, resgatando dessa forma o indivíduo das margens da marginalização.

⁸ Esse sistema interage com o usuário através de voz sintetizada, em português, permitindo que pessoas com deficiência visual utilizem o computador de forma individual no estudo e no trabalho.

⁹ Tecnologia de síntese de voz desenvolvida pela MicroPowers, em português. Permite leitura de textos de forma contínua com posicionamento automático de cursor na última palavra falada em caso de interrupção de leitura.

¹⁰ Oferece tecnologia de sintetizador de voz em ambiente Windows, aplicativos e recursos na internet.

2 A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO E OS USUÁRIOS CEGOS

Segundo Le Coadic (2004, p.4), “a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Para o autor, “o objetivo da informação permanece sendo a apreensão de sentidos ou seres em sua significação, ou seja, continua sendo o conhecimento”.

O ser humano necessita de informação, da mesma forma que precisa se alimentar, beber água e se comunicar. Essa necessidade faz com que a informação se torne algo absolutamente indispensável, de forma que Le Coadic (2004, p.39) considera que: “os seres humanos têm necessidade de informação da mesma forma que necessitam de alimento ou abrigo. A necessidade de informação tem então status de uma necessidade física fundamental”.

A necessidade de informação, bem como as demais necessidades básicas, quando não satisfeitas, gera desconforto, irritação e medo e, para estabelecer o equilíbrio interno, o ser humano busca uma forma rápida para diminuí-la ou aliviá-la. Assim, tendo um problema a resolver, um objetivo a alcançar, necessita de informação para preencher seu estado anômalo de conhecimento (LE COADIC, 2004).

De acordo com a UNESCO (1979 apud CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.257), necessidade de informação é:

A informação necessária ao desempenho adequado das atividades de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Essas atividades podem ser relacionadas com resolução de problemas, tomadas de decisão, pesquisa científica, produção agrícola e indústria, e educação e cultura.

Entende-se que a necessidade de informação é gerada pelo indivíduo quando o mesmo encontra lacunas nos conhecimentos adquiridos, ou quando o mesmo necessita de informação para resolver problemas, tomar decisões ou executar tarefas. Segundo Caselli (2007, p.11), “as necessidades de informação podem variar em grau de intensidade, objetivos, situação contextual, fatores sociais, econômicos e principalmente culturais”.

Tratando-se das pessoas com deficiência visual, Malheiros (2009, p.45) considera que suas necessidades de informação “seguem o padrão dos demais usuários, o que diferencia é o suporte onde está depositada a informação e um

atendimento especial em relação ao acesso a essas informações. A diferença está na busca (falta de acessibilidade) e no acesso”. Ainda segundo o autor, “É importante que se compreenda as necessidades de informação da pessoa com deficiência visual, para que se possa facilitar seu acesso às essas informações em formato adequado às suas necessidades” (op. cit.).

É preciso destacar que a informação para a pessoa com deficiência visual possui um caráter particular e diferenciado, visto que por suas percepções e intelecções não serem orientadas ao visual, sua organização mental deve dispor de outras condições para explorar o ambiente externo, sendo assim orientado pelas formas táteis, térmicas, olfativas, auditivas e cinestésicas (MASINI, 1994).

2.1 O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À INFORMAÇÃO E A AUDIODESCRIÇÃO

Com o advento tecnológico o uso do computador e das tecnologias assistivas tornou-se indispensável para as pessoas com deficiência visual o uso do computador no acesso à informação.

Para auxiliar e facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual à informação, um recurso chamado audiodescrição tem sido uma ferramenta importante, promovendo a compreensão e fruição satisfatória de produções culturais. Para Silva (2009, p. 19), essa técnica é um tipo de tradução audiovisual e, por se tratar de tradução de imagens em palavras, é considerada uma tradução intersemiótica, ou seja, consiste na conversão de um sistema de signos em outro, na tradução de um texto verbal para um não verbal (dança, pintura, música).

Outra característica importante e definidora da audiodescrição é o fato de ela traduzir as imagens sem, contudo, ser o tradutor do evento visual, um interpretador da mensagem, o que significa dizer que um audiodescritor não pode dizer sua opinião, mas sim o que está sendo visto. Ele é a ponte entre aquele evento e o sujeito cliente do serviço, devendo dar a este os subsídios necessários e pertinente compreensão do evento (POZZOBON, 2008).

Segundo o Ministério das Comunicações (BRASIL, 2011 p.1), audiodescrição é:

A narração, língua portuguesa, integrada ao som original da obra original audiovisual, contendo descrições de sons e elementos

visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual.

Esse recurso já está sendo utilizado na televisão nacional onde pessoas com deficiência visual acompanham a grade de programação dos canais de uma forma mais completa ouvindo informações sobre as cenas. Em grandes eventos, como na Copa do Mundo e em exposições de arte, através de fones de ouvido distribuídos no local a audiodescrição está sendo utilizada.

Com a ampliação do recurso para a TV aberta, as pessoas com deficiência visual passam a ter a oportunidade de saber o que está se passando nas cenas, com a ajuda de um locutor que descreve imagens, sons, textos e outros detalhes perceptíveis apenas pela visão. Segundo o gerente de programação das TVs Cabo Branco e Paraíba, Amadeu Lima, o serviço faz parte do projeto da Rede Paraíba de Comunicação de inclusão social. “Dessa forma, nós garantimos que os nossos telespectadores nos acompanhem com mais respeito e dignidade”. (TV PARAIBA 2014)

2.2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E AS BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “acessibilidade é o processo de conseguir a igualdade de oportunidade em todas as esferas da sociedade”.

A consideração do termo acessibilidade não poderá ser ditada por meras razões de solidariedade, mas, sobretudo, por uma concepção de sociedade realmente, onde todos deverão participar, com direito de igualdade, e de acordo com as suas características próprias. (CONDORCET, 2006,)

A legislação nacional, especificamente a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, expressando em seu Art. 2º, a definição de acessibilidade, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000,p.5).

De acordo com Gil (2006), a acessibilidade estava voltada para a eliminação de barreiras, como a construção de rampas, embora estas sejam sempre fundamentais. Rampas precisam levar a escolas, centros de saúde, teatros, cinemas, museus, shows. Atualmente, a acessibilidade atinge outras esferas do fazer humano; como, acessibilidade vive na educação, no trabalho, lazer, cultura, esportes, informação, internet. Já que estamos vivendo um momento de conscientização e sensibilidade por parte do governo e sociedade, assim esses tornam acessíveis os locais frequentados pelos portadores de deficiência.

Mazzoni et al. (2001, p. 32) esclarecem que a Norma Brasileira – NBR 9050 trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Sendo esta norma obedecida, aumentam as possibilidades de um espaço que ofereça condições de acessibilidade e usabilidade das pessoas com necessidades especiais. Porém, a realidade é diferente sendo a maioria dos prédios públicos e centros de informação existentes não cumpre as normas técnicas e leis vigentes que tratam a questão referente à acessibilidade, tornando assim as barreiras a esses locais latentes.

Na prática, os mesmos dependem além de uma preparação educacional a adequação das instituições públicas e privadas, que lentamente estão se preparando para receber e lidar com esse público, equipando-se assim com aparelhos específicos que auxiliam no acesso a informação e a capacitação de pessoas para um atendimento adequado para com o usuário deficiente.

A ausência de políticas públicas de acessibilidade sempre foi um entrave na vida das pessoas com deficiência. Pois como sabe - se os agentes sociais envolvidos possuem interesses distintos e infelizmente acabam interferindo na execução das políticas públicas.

Em um país onde o preconceito e as desigualdades sociais são latentes, é indiscutível que muitos indivíduos ainda não possuem computador e tem acesso limitado a internet. Esforços do governo e Associações Sociais têm realizado campanhas em prol do exercício da cidadania para que haja dessa forma a inserção dos indivíduos deficientes na sociedade digital, entretanto alguns fatos ainda conduzem os deficientes visuais à exclusão digital, na interpretação de Carvalho (2003, p. 78):

Conseguir a inclusão digital não é um objetivo fácil de ser alcançado. Não basta o reconhecimento e o empenho governamental, social,

técnico e econômico para encontrar soluções que viabilizem a aquisição de equipamentos e serviços à população. Com determinação política e recursos financeiros é possível disponibilizar equipamentos e serviços à população em curto espaço de tempo, porém, tais facilidades são inúteis se a população não puder fazer uso delas, por falta de treinamento, habilidade ou incapacidade física.

Mesmo tendo sido criadas leis que aumentam e garantem o acesso de deficientes à informação no espaço digital, como exemplo: a lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece no Art. 21, capítulo VIII, item II que trata da acessibilidade de pessoas com deficiência ao meio digital informa que:

O poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:
II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiências (BRASIL, 2000, p. 5).

Importante destacar que mesmo com o aparato de recursos tecnológicos disponíveis atualmente para auxiliar o acesso dos deficientes a informação, esses não serão suficientes caso os requisitos básicos da *Web* não atenderem as diretrizes da W3C¹¹, tornando-se assim impossível acessar os serviços e aplicativos mesmo tendo os leitores de tela como auxiliares tornasse quase impossível transpassar as barreiras comunicacionais.

¹¹ Desenvolve padrões para a criação e a interpretação dos conteúdos para a Web.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como estudo de campo, exploratório e descritivo, de abordagem mista ou qualiquantitativa, portanto, com elementos qualitativos interagindo com os quantitativos (CRESSWELL, 2007).

Com relação à pesquisa exploratória, pode-se dizer que proporciona maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito, em virtude dos assuntos abordados estarem relacionados a grupos vulneráveis, como os portadores de deficiência visual, e, conseqüentemente, serem poucos discutidos.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Com relação ao estudo de campo, Gil (2006) explica que é a procura pelo aprofundamento de uma realidade específica, basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado por meio de entrevistas, com informantes para captar as explicações e interpretações, dos fatos que ocorrem naquela realidade.

O mesmo foi escolhido pelo fato de permitir, observar um determinado local: observar a rotina dos usuários do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha. A abordagem adotada para o estudo foi o qualiquantitativo, Conforme Creswell (2007, p. 247):

essas estratégias revelam que facilmente, a depender da questão de pesquisa, as propostas de estudo podem empregar métodos quantitativos e qualitativos, ora atribuindo mais peso a um do que a outro, ora iniciando-se com um e concluindo-se com outro.

Creswell (2007) afirma que esse método misto inflama os pontos relevantes sobre a coleta e análise de dados. Por isso não se faz necessário utilizar, obrigatoriamente, métodos e técnicas estatísticas, em virtude do contexto pesquisado ser a fonte primária que serve de base para coletar os dados relevantes ao estudo. Assim, consegue-se a otimizar tempo, custo e comodidade, tanto para o pesquisador como para os participantes da pesquisa.

3.1 CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico, conforme anunciado desde o título deste trabalho, foi o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), entidade privada sem fins lucrativos, cuja missão, segundo o presidente da instituição, José Antônio Ferreira Freire¹² em entrevista concedida em 20 de outubro de 2014 no ICPAC, é proporcionar às pessoas com deficiência visual integração à sociedade, através do estudo e da reabilitação.

Figura 3 – Fachada da entrada do ICPAC



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O ICPAC situa-se na Avenida Santa Catarina, nº 396, no Bairro dos Estados, em João Pessoa – PB e foi fundado em 16 de maio de 1944, por Adalgisa Duarte da Cunha¹³, inspirada no Instituto Benjamin Constant (RJ). Na área interna e aberta do Instituto, uma estátua de seu busto é visível na Praça de Convívio, conforme ilustrado a seguir.

¹² Informação verbal obtida em 20 de outubro de 2014.

¹³ Adalgisa Cunha nasceu em Recife, em 1881, e dedicou-se às atividades filantrópicas e intelectuais. Devido sua experiência profissional como professora, voltou atenção para o problema de educação da criança cega, até então desassistida em nosso Estado. Segundo atual presidente do Instituto, José Antônio Freire ela idealizou a construção do ICPAC, após um sonho com uma pessoa cega, solicitando a criação de um lugar para estudar, pois tinha o desejo de aprender a ler e escrever.

Figura 4: Busto da Sr^a Adalgisa Cunha, na área externa do ICPAC



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Figura 5: Área externa do ICPAC



Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Quanto aos serviços que oferece, dispõe de reforço escolar no turno oposto às aulas dos estudantes, apoio psicológico, reabilitação e cursos de capacitação, além de atendimento de fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos e educadores físicos. Sua manutenção se dá por intermédio de doações e convênios firmados com o Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de João Pessoa e Ministério da Educação (MEC).

No período da pesquisa, outubro de 2014, o ICPAC possuía aproximadamente 226 usuários entre adultos e crianças. No quadro de pessoal, 45 funcionários, sendo 35 cedidos pelo Estado e pela Prefeitura Municipal e 10 do ICPAC.

Em relação à área física do Instituto, além da praça, está constituída da seguinte forma: Sala da Presidência, Sala da Diretoria, Salas de Aula, Cozinha, Posto de Saúde, Biblioteca com livros em Braille e histórias registradas em áudio em formato de CD e MP3 e filmes adaptados com audiodescrição¹⁴. Para as crianças, existe uma brinquedoteca.

O instituto também conta com uma Sala de Informática equipada com: computador, scanner e impressora Braille. Na área externa, conta com uma piscina onde são oferecidas aulas de natação e hidroginástica para os usuários, além de

¹⁴ Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que promove a compreensão e fruição satisfatória de produções culturais, sendo a tradução de imagens em palavras.

uma área de convivência utilizada por usuários e funcionários, com bancos, mesas e cadeiras.

3.2 OS PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes da pesquisa foram nove usuários do ICPAC, todos portadores de deficiência visual (cegos) e três professoras que trabalham no instituto e também são cegas.

3.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para a coleta de dados, que ocorreu de 06 a 22 de outubro de 2014, dois instrumentos foram utilizados: a **entrevista semiestruturada** (APÊNDICE A e APÊNDICE B) e a **observação direta** com registro em Diário de Campo (APÊNDICE E).

A escolha da entrevista fundamentou-se em Ribeiro (2008, p. 141):

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações [...].

Todas as entrevistas foram realizadas no próprio instituto e foram gravadas, com o consentimento de todos os usuários da pesquisa, após assinarem o Termo de Cessão de Imagem, Nome, Voz e Dados Biográficos (APÊNDICE C), autorizando a divulgação e publicação do conteúdo da entrevista. Como no grupo de usuários havia três adolescentes, foi necessário utilizarmos o Termo de Assentimento (TA), cujo modelo consta no Apêndice D.

A entrevista foi organizada em três partes: a primeira, com perguntas sobre dados sociodemográficos; a segunda, com questionamentos sobre a rotina dos usuários no instituto, enquanto a terceira e última parte, tratava do acesso à informação e das barreiras informacionais. Além da entrevista também utilizamos a observação e o diário de campo como instrumentos de coletas.

No que concerne à observação, foram feitos registros num Diário de Campo, no qual se registrou, não apenas o observado, mas o que era dito pelos usuários nestas ocasiões.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para fins de apresentação dos resultados, os agruparemos em dois grupos: usuários alunos do ICPAC e professoras. Este último, conforme já anunciamos, buscou elucidar dados obtidos junto ao primeiro.

4.1 OS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA AMOSTRA DOS USUÁRIOS DO ICPAC

A amostra do presente estudo se caracteriza como não probabilística e por conveniência. Ou seja, fizemos uma escolha deliberada dos participantes. Neste sentido, conforme Martins e Theóphilo (2009), não é possível generalizar os resultados da amostra para a população, pois estas não garantem sua representatividade. Entretanto, buscamos incluir usuários que retratassem o perfil do ICPAC, qual seja, jovens e adultos. A tabela a seguir apresenta os dados sociodemográficos de nossa amostra.

Tabela 1 – Dados sociodemográficos da amostra dos usuários do ICPAC

USUÁRIO	SEXO	IDADE	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
1	F	55	Casada	Ensino Fundamental incompleto	Aposentada
2	F	41	Casada	Ensino Fundamental completo	Aposentada
3	F	56	Solteira	Ensino Médio completo	Aposentada
4	F	20	Solteira	Ensino Médio completo	Estudante
5	M	48	Casado	Ensino médio completo	Aposentada
6	M	60	Casado	Ensino médio incompleto	Vendedor
7	M	18	Solteiro	Cursando Ensino Fundamental	Estudante
8	M	15	Solteiro	Cursando Ensino médio	Estudante
9	M	54	Casado	Ensino Fundamental completo	Aposentada

Fonte: Pesquisa direta (2014).

A média da idade dos usuários foi 40,8 anos (dp.= 18,18). Em relação ao gênero, a maior parte (cinco) é do sexo masculino, e quatro do feminino.

Quanto ao grau de escolaridade, seis têm apenas o Ensino Fundamental, enquanto os demais concluíram o segundo grau e pensam em fazer o terceiro grau, nos próximos anos.

Segundo Masini (1994, p. 144):

Para que o deficiente visual possa organizar o mundo ao seu redor e nele se situar precisa dispor de condições para explorá-lo. As situações educacionais necessitariam estar organizadas de maneira que os deficientes visuais utilizassem suas possibilidades (táteis, térmicas, olfativas, auditivas, cinestésicas) e deveriam estar adequadas as suas experiências perceptivas.

Apenas um entrevistado dos seis que ainda não completaram o Ensino Médio o está cursando e afirma que voltou a estudar após as novas políticas públicas educacionais, que asseguram a acessibilidade/inclusão dos deficientes visuais na Educação Básica têm auxiliado na volta de muitos deficientes as escolas regulares.

A Educação Inclusiva está descrita o Inciso III do Art. nº 208 da Constituição da República Federativa do Brasil (1998) que dispõe que o “atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994) estabelece as diretrizes dessa modalidade de ensino, estipulando termos que assegurem a inserção dos alunos com deficiências, através da Educação Inclusiva no sistema regular da Educação Básica. Essa definição foi reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ao afirmarem que:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola prepara-se, organiza-se, capacita seus professores, para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentem necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica. (CNE/CEB, 2001, p. 40).

Entretanto, muito tem a ser feito para que se concretize a inclusão escolar entre alunos com deficiências visuais em escolas regulares. Em uma das entrevistas

realizadas com um dos adolescentes usuários do ICPAC, o mesmo frequenta a rede regular de escola e fez o seguinte relato:

a maioria dos professores não está preparada para atender pessoas com deficiência visual (cegos) como nós, devido o Governo não oferecer cursos de capacitação e atendimento específico para os mesmos aprenderem a lidar com os cegos, além de não investirem em equipamentos específicos como os comandos de voz que são instalados em computadores e os cursos de informática para deficientes visuais que ainda são escassos.

Quanto à naturalidade, todos naturais de João Pessoa – PB e residentes na capital. Essa pergunta foi necessária já que o ICPAC atende pessoas com deficiência visual de todo o Estado da Paraíba.

Em relação à profissão dos pesquisados, cinco responderam que são aposentados ou pensionistas, dois trabalham com artesanato para complementar a renda financeira, enquanto três são estudantes e apenas um afirmou ser vendedor. Vale registrar que o único pesquisado que afirmou ser vendedor comentou que foi antes de adquirir a cegueira por conta de um tumor no cérebro há três anos atrás e por conta disso não exerce a profissão, atualmente está aposentado.

Quanto à condição de pessoa com deficiência visual, a tabela 2 apresenta dados sobre o tempo de cegueira e o tempo de frequência ao ICPAC.

Tabela 2 – Dados dos usuários do ICPAC quanto à deficiência visual e tempo no instituto

USUÁRIO	TEMPO DE CEGUEIRA	TEMPO NO INSTITUTO
1	Nascença	2 Meses
2	Nascença	2 Meses
3	Nascença	3 Meses
4	Nascença	14 Anos
5	Nascença	2 meses
6	3 anos	2 Anos
7	Nascença	12 Anos
8	Nascença	11 Anos
9	34 anos	10 Meses

Fonte: Pesquisa direta (2014).

A deficiência visual pode ser: congênita ou adquirida dos nove entrevistados, sete tem cegueira congênita, enquanto apenas dois tem a deficiência adquirida. Um teve a cegueira adquirida devido a um tumor no cérebro que atingiu a visão comprometendo de forma irreversível a visão, o outro usuário informou que foi logo após um acidente de carro, aos 20 anos de idade.

Destaca-se o tempo que cada usuário frequenta o instituto: três deles há mais de 10 anos, enquanto outro, há dois anos. O equivalente a 30% o frequentam a apenas dois meses, ao passo que existem aqueles cuja frequência é de três e 10 meses. A maioria dos pesquisados, como vimos, não frequenta o ICPAC há muito tempo, porém, nas entrevistas, muitos relataram que na verdade estão retornando ao instituto depois de um período afastado e que foi lá onde foram alfabetizados e ensinados a terem uma vida cotidiana independente.

4.2 O COTIDIANO DOS USUÁRIOS DA AMOSTRA NO ICPAC

No quadro 1, destaca-se a rotina dos usuários no ICPAC.

QUADRO 1 - Dados institucionais e rotina dos usuários do ICPAC

USUÁRIO	ROTINA INSTITUCIONAL E CURSOS FREQUENTADOS
1	Frequenta o instituto às quartas-feiras, quando costuma passar o dia todo. Participa das aulas de Braille, manuscrito e locomoção e aula de informática. Além de atendimento com fisioterapeuta e dentista.
2	Frequenta o instituto todos os dias, participa das aulas de Braille, manuscrito, locomoção, dança e informática.
3	Frequenta o instituto as quartas-feiras onde recebe atendimento de psicólogo e assiste aulas de manuscrito.
4	Frequenta o instituto as quartas e sextas feiras para a Reabilitação.
5	Frequenta o instituto todas as quartas feiras onde recebe atendimento médico e participa da aula de Braille.
6	Frequenta o instituto de segunda a sexta feira. Participa de aulas de música Braille; informática; manuscrito; locomoção e atividade diária que ajudam deficientes visuais adultos a terem uma rotina.
7	Frequenta o instituto todos os dias para atendimento com os professores itinerantes que dão aulas de apoio para portadores de deficiência visual matriculados na rede regular de ensino.
8	Frequenta o instituto todos os dias para atendimento com os professores itinerantes; além de participar de aulas de música; reabilitação e esporte.
9	Frequenta o instituto todos os dias mesmo, que não esteja em atendimento médico e aulas de manuscrito; informática; braille; locomoção e (atividade de vida diária).

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

Quanto aos cursos que frequentam no Instituto apenas 40% dos pesquisados vão às aulas de informática. Isso justifica que 60% deles tenham mais dificuldades para utilizar os computadores, devido não ter noção de como utilizar os programas de voz, e teclados criados para deficientes visuais.

A maioria (5) frequenta o ICPAC de segunda à sexta-feira. Os demais, três deles, apenas na quarta-feira, contudo, como destacam, 'todas as quartas'. Um frequenta dois dias por semana: quarta e sexta.

O quadro a seguir apresenta os meios de informação mais utilizados no instituto.

Quadro 2 – Meios de informação utilizados no ICPAC e equipamentos que auxiliam no acesso à informação.

USUÁRIOS	MEIOS DE INFORMAÇÃO NO INSTITUTO	EQUIPAMENTOS QUE AUXILIAM O ACESSO À INFORMAÇÃO
1	Outros usuários e profissionais do ICPAC	Televisor e celular. Não possui computador
2	Amigas	Televisor e celular. Não possui computador.
3	Não respondeu	Televisor e celular. Não possui computador
4	Internet	Além do Televisor e rádio, o celular e o computador.
5	Amigos	Televisor e rádio. Não possui computador
6	Professores.	Televisor e rádio, além de computador
7	Professores e administração.	Televisor. Não possui computador
8	Internet.	Televisor e Computador
9	Amigos.	Televisor, rádio e celular. Não possui computador

Fonte: Pesquisa direta 2014

Sobre os meios de informações mais utilizados pelos pesquisados no ICPAC a maioria (quatro) afirmou que conversam com os funcionários para informa-se sobre as novidades do instituto e do que acontece na cidade, enquanto (três)

buscam informações através dos amigos que também são usuários do instituto e frequentam os cursos e aulas que os mesmos entrevistados assim trocam informações a respeito do que se passa no ICPAC e na cidade e apenas (dois) responderam que utilizam a internet como canal de informação sendo esses jovens que costumam levar o notebook para o Instituto ou utilizam o da biblioteca.

Observou-se que em relação aos equipamentos e artefatos tecnológicos que auxiliam no acesso à informação apenas três utilizam o computador, um dos fatores que contribuem para o baixo uso é que seis não possuem computador e uma das possíveis causas pode está ligado ao fator financeiro já que, conforme mostrado na Tabela 1, a maioria dos usuários não tem o curso de informática, dificultando o acesso à informação por esse meio tecnológico.

O quadro 2 demonstra que apenas três dos entrevistados possuem computador e o utilizam como canal de informação, os demais não possuem e afirmaram que raramente o utilizam. Os que usam os computadores do ICPAC (quatro), mesmo com auxílio do professor, por serem iniciantes no curso de informática, sentem dificuldade para usá-lo, conforme ilustrado pelo trecho da entrevista do usuário cinco:

Eu não tenho computador em casa e comecei há pouco tempo a frequentar as aulas de informática, aqui do ICPAC. Não sei mexer direito no computador, sinto muita dificuldade mesmo nas aulas de informática e com o auxílio do professor, ainda não consigo utilizar sozinha.

Entretanto, entre aqueles que sabem usar o computador, existem outras dificuldades, pois uma das maiores barreiras para se navegar na internet é a falta de acessibilidade nas páginas de redes sociais e de compras virtuais, além dos sites governamentais. Nestes, não são disponibilizadas a audiodescrição ou comando de voz e quando os tem não estão na página inteira, tornando assim, por vezes, a navegação das pessoas com deficiência visual impossível.

Foi perguntado aos entrevistados se costumam frequentar a biblioteca e a frequência, e suas opiniões a respeito dos acervos de livros e periódicos.

O quadro seguinte mostra a quantidade de usuários que costumam ir à biblioteca e frequência:

Quadro 3 – Frequência dos usuários da amostra à Biblioteca do ICPAC

USUÁRIOS	Biblioteca	Frequência	Total
4	Não	-	4
3	Sim	Todos os dias	3
2	Sim	Às vezes	2

Fonte: Pesquisa direta 2014

A frequência dos usuários à biblioteca é baixa, pois apenas três deles costumam frequentá-la diariamente; dois, às vezes, ao passo que quatro informaram que não utilizam este serviço. Uma das justificativas para este dado é apresentada pelo usuário quatro.

Os livros e periódicos da biblioteca são desatualizados e repetitivos estando muitos em língua estrangeira. Fora que para alguns usuários existe a dificuldade de ler em Braille devido a muitos não terem prática ou estarem a pouco tempo matriculados nas aulas de Braille.

O quadro 4 mostra as barreiras no acesso à informação.

Quadro 4 – As barreiras no acesso à informação

USUÁRIO	BARREIRAS
1	As principais barreiras estão na locomoção: devido às calçadas estarem mal conservadas, os carros estacionados em locais inapropriados que atrapalham nossa circulação.
2	A barreira maior para o cego ainda é a locomoção e o despreparo de pessoas em prédios públicos e privados.
3	Nas ruas, as pessoas chamam atenção com preconceito e discriminação com a gente.
4	O transporte público é muito ruim e está pior depois que reverteram as catracas para as portas dianteiras dos ônibus. A limitação de livros em Braille, exceção a Biblioteca da UFPB, mesmo assim é limitado o acervo e o despreparo das pessoas quando precisam atender um deficiente visual.
5	A locomoção é a principal barreira para chegar até seus destinos.
6	O transporte público; a falta de sinalização sonora; a falta de pessoas bem preparadas para lidar com o deficiente visual em prédios públicos e privados. Falta de informativos em Braille e de pessoas preparadas para atender o público deficiente.

7	Não respondeu
8	O despreparo dos professores nas escolas regulares; os sites de relacionamento e pesquisa na internet não estão acessíveis para deficientes visuais e acabam nos isolando. As pessoas são mal preparadas e não sabem orientar os deficientes.
9	As maiores barreiras são a má conservação das ruas e calçadas cheias de buracos, carros estacionados em lugares onde passam pedestres, falta de sinalização sonora. O despreparo das pessoas no atendimento aos deficientes visuais. A locomoção e o acesso a prédios que por vezes se tornam um transtorno por possuírem acessos e mobiliário inadequados ao trânsito de deficientes visuais

Fonte: Pesquisa direta, 2014.

No que diz respeito às barreiras que dificultam o acesso à informação, destacamos que cinco usuários ainda apontam a locomoção como principal barreira para o acesso à informação.

Pinheiro (2004) destaca algumas barreiras que as pessoas com deficiência visual encontram:

- as arquitetônicas (escadas no ambiente, altas estantes e pouco espaço entre e outra para movimento, poucas rampas de acesso e falta de elevadores);
- dificuldades de comunicação e compreensão (o deficiente visual necessita de encaminhamento);
- falta de material especializado a não disponibilização de métodos Braille devido seu alto custo, além de fitas de áudio, livros fonados e leitores;
- falta de capacidade profissional (colaboradores qualificados para atender o deficiente, conhecendo suas técnicas de comunicação, para assim ajudá-los em suas buscas).

Além dessas barreiras, outras dificultam o acesso à informação, como relatado em uma das entrevistas com o usuário seis, que diz:

O sistema Braille é muito difícil e requer bastante habilidade com as mãos já que as utilizamos durante a leitura. Como em pouquíssimos lugares o Braille está disponível nós acabamos dependendo das pessoas, pois em restaurantes, bares, livrarias e bibliotecas com exceção da biblioteca central da UFPB onde existe uma biblioteca Braille com livros, periódicos e revistas em Braille podemos ler sem precisar da ajuda de outra pessoa, já que a biblioteca está voltada para as pessoas cegas e também está arrumada conforme a necessidade de uma pessoa cega já que o bibliotecário responsável é deficiente visual.

O quadro 5 expõe sugestões para a melhoria da acessibilidade à informação.

Quadro 5 – Sugestões dos usuários do ICPAC para melhorar o acesso à informação

USUÁRIO	SUGESTÕES PARA MELHORIA NO ACESSO À INFORMAÇÃO
1	Conscientização dos responsáveis para melhorar a conservação das ruas e calçadas.
2	As autoridades deveriam se preocupar mais com os deficientes, melhorar o transporte público para podermos nos locomover com segurança.
3	As pessoas têm que se conscientizar de que todos são iguais, os direitos têm que ser cumpridos.
4	Conscientização do governo nas três esferas e da sociedade. O MEC apoiar as fundações que distribuem livros e periódicos em Braille. Ampliar na internet o olhar dos sites para o público dos deficientes visuais. Melhorar o transporte público e conservar as ruas e calçadas tirando entulhos e tapando buracos e sinalizar as vias públicas para que os deficientes consigam transitar sem esbarrar e machucar.
5	Melhoria dos transportes públicos e calçadas.
6	Estudo profundo dos responsáveis para melhorar o transporte público e também acabar a discriminação.
7	Não respondeu
8	Precisam ouvir mais os deficientes falarem onde pode-se melhorar .
9	Os responsáveis melhorarem a situação de calçadas e ruas.

Fonte: Pesquisa direta, 2014

Embora se tenha questionado sobre o acesso à informação e as barreiras que dificultam o pleno acesso e o que poderia ser feito para melhorar, a metade dos entrevistados faz um apelo para que as autoridades governamentais invistam na melhoria do transporte público, citado como um dos fatores que atualmente não acomodam confortavelmente pessoas com deficiência, tornando a viagem dessas pessoas desagradáveis e perigosas, já que a fragilidade física fica exposta.

Para três dos usuários, as três esferas governamentais precisam atuar de forma que as melhorias sejam realizadas a partir de relatos e sugestões de pessoas com deficiência. As melhorias serão realizadas embasadas nas necessidades desse público de acordo com o que eles relatarem, um dos pesquisados não quis responder e outro sugeriu que para melhorar a acessibilidade dos deficientes visuais

a sociedade precisa se conscientizar que todos têm os mesmos direitos e por isso devem ser respeitados.

4.3 USUÁRIOS E PROFESSORES DO ICPAC: ACESSO E BARREIRAS INFORMACIONAIS

4.3.1 OS DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DAS PROFESSORAS DO ICPAC

As idades variam dos 44 a 67 anos, sendo uma com 44 anos, uma com 50 anos e uma com 67 anos.

Em relação à naturalidade das pesquisadas todas são naturais de João Pessoa – PB, e quanto ao bairro onde residem, é no mesmo onde se localiza o ICPAC, fato que facilita a locomoção até o trabalho.

Quanto à cegueira da pesquisadas foi perguntado se era congênita ou adquirida, as (três) responderam que era cegueira congênita nasceram com ela e por isso aprenderam desde cedo a desenvolver os outros sentidos para suprir a ausência de visão.

A cegueira não impediu que as pesquisadas concluíssem os estudos e trabalhassem como professoras e bibliotecárias, já que duas das três entrevistadas são responsáveis pela biblioteca do ICPAC.

O tempo que as pesquisadas têm com o ICPAC ultrapassa 20 anos, onde foram alfabetizadas no instituto e trabalham lá desde que se formaram em pedagogia até o momento dessa pesquisa em outubro 2014. As mesmas ministram aulas de Braille, Manuscrito¹⁵ e Sorobã¹⁶ além de duas das três pesquisadas trabalharem também na biblioteca do ICPAC.

Sobre os meios de informação utilizados pelas professoras para se informarem no ICPAC, duas relataram que utilizam a internet como canal de informação e instrumento de trabalho, pois realizam traduções e correções de textos para o Braille.

¹⁵ Documento escrito ou copiado a mão sobre um suporte físico.

¹⁶ Aparelho de cálculo de procedência japonesa, adaptado para o uso de deficientes de visão, ultimamente tem tido uma crescente aceitação no ensino especializado em virtude da rapidez e da eficiência na realização das operações matemáticas (adição, subtração, multiplicação, divisão, radiciação, potenciação), de seu baixo custo e de sua grande durabilidade.

Uma informou que prefere manter-se informada através de colegas de trabalho, alegando não gostar da internet devido a achar um meio de informação invasivo além de saber pouco navegar na internet, mesmo com o auxílio dos programas de voz instalados nos computadores do ICPAC.

Entendemos que para utilizar esse canal de informação que é a internet precisa-se não só dispor dos equipamentos que auxiliam no seu uso, mas deve-se capacitar e prepara as pessoas para fazerem uso pleno desse recurso tecnológico, nesta perspectiva, Cruz (2004, p. 13) afirma que a inclusão digital:

[...] não se resume à disponibilidade de computadores e telefones, mas à capacitação das pessoas para o uso efetivo dos recursos tecnológicos. Para ser incluído digitalmente, não basta ter acesso a micros conectados à Internet. Também é preciso estar preparado para usar estas máquinas, não somente com capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que permita usufruir de seus recursos de maneira plena.

Quanto à opinião das professoras em relação ao acervo de livros e periódicos da biblioteca do ICPAC (Figura 7), todas avaliam que estão desatualizados e repetitivos. Estes são enviados pelo Instituto Benjamim Constant e elas acreditam que não há critério para tal, uma vez que todas as obras publicadas são enviadas

Figura 7 – Acervo de livros em Braille da Biblioteca do ICPAC



Fonte: Pesquisa de campo (2014)

Quanto a possuírem computador as pesquisadas informaram que possuem e utilizam diariamente em suas residências, assim como utilizam os computadores do

instituto, tendo apenas uma, informado que não costuma usar os computadores do ICPAC.

No que concerne às dificuldades encontradas no uso do computador, relataram que a maior dificuldade diz respeito ao acesso às páginas de sites não governamentais e de compras, por não disponibilizarem acesso para pessoas com deficiência visual. Além disso, os poucos que disponibilizam possuem as páginas incompletas.

Outra barreira informacional decorre do despreparo das pessoas conforme relatado pela professora X:

O despreparo das pessoas torna por vezes os espaços físicos públicos e privados inacessíveis as pessoas com deficiência, devido a falta de preparo os mesmos não demonstram preocupação na forma de dispor moveis, utensílios objetos e produtos. Tem apenas a preocupação de arrumar tudo de acordo com a comodidade de pessoas videntes.

Embora não se refira especificamente ao acesso à informação, uma das barreiras citadas pelas professoras foi a dificuldade de locomoção, principalmente por aquelas que dependem do transporte público, devido às mudanças ocorridas nos ônibus locais: “o trânsito de pessoas com deficiência nesses automóveis se tornou mais complicado e inconveniente desde que resolveram trocar a posição das catracas, que antigamente ficavam nas portas traseiras e atualmente estão localizadas nas portas dianteiras e acabam dificultando a movimentação das pessoas com deficiência”.

Como sugestões de melhoria para a acessibilidade das pessoas com deficiência visual as professoras deixam um apelo para que não haja preconceito para com os deficientes e que também não os julguem como incapazes de realizar tarefas rotineiras e de exercer uma profissão como bem descreveu uma das entrevistadas:

Acessibilidade é o respeito pelos deficientes só funcionará quando a sociedade e governo começarem a olharem para nós como e deixar de lado o preconceito de imaginar que o deficiente por ter uma limitação está fadado a uma vida basicamente voltada para as limitações da doença, e que descartam qualquer possibilidade desses indivíduos trabalharem. Assim quando encontram uma pessoa com deficiência visual trabalhando acha algo admirável já que pouquíssimos conseguem um lugar no mercado de trabalho, pelo fato de deduzirem que o cego é incapaz de exercer qualquer tipo de trabalho remunerado ou até mesmo de se formar no ensino superior, já que as universidades não estão preparadas para lidar

com esse tipo de aluno, assim também como as escolas regulares que mesmo com a lei de inclusão do deficiente nas escolas regulares precisam melhorar e muito, começando com a capacitação de professores e funcionários para lidar e auxiliar os alunos com deficiência, já que também falta material específico para esses alunos, assim penso que a cegueira é a deficiência que mais limita a pessoa.

Como a locomoção é uma das barreiras mais citadas pelos usuários e professoras do ICPAC vimos que está interferindo não só no cotidiano dessas pessoas como no acesso pleno à informação. Pois mesmos os pesquisados relatando que se locomovem sozinhos pela cidade, as dificuldades enfrentadas são tantas que acabam desistindo de sair, ao pensarem que enfrentaram obstáculos físicos, dependência de outras pessoas para indicar o caminho a ser seguido para chegar no destino final e acompanhamento do itinerário mentalmente. Assim acaba se refletindo na ida as bibliotecas, aos arquivos e centros de documentação, impedindo assim essas pessoas de terem acesso a esses lugares e aos conteúdos informacionais que o mesmo abriga.

Como arquivista e profissional da informação é fundamental que atentamos para todos os tipos de usuários e suas necessidades sendo assim algumas sugestões para a melhoria do acesso a informação de pessoas com deficiência visual:

- Inclusão de tecnologias no transporte coletivo.
- Manutenção e padronização das calçadas já que são elas que ligam os lugares aos prédios, casas, escolas, bibliotecas, bares, lojas entre outros.
- Melhoria da sinalização sonora.
- Investimento do governo Estadual, Municipal e Federal em Bibliotecas com periódicos e livros em Braille, como também aparelhos específicos como: scanner, programas de voz como o Dosvox e Jaw entre outros que são de fácil uso, capacitação de professores e funcionários para atender o deficiente, como também investimento na inclusão digital já que para o deficiente visual essa tecnologia representa um poderoso aliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar uma pesquisa é um momento único e emocionante, nos faz recordar o caminho e os obstáculos que enfrentamos durante o percurso, começando com a escolha do tema que não é nada fácil. Pois nos deparamos com as opções existentes entre eleger um assunto atual ou assunto pouco explorado. Nesse sentido optamos pela escolha de um tema atual, porém pouco explorado as pessoas com deficiência visual que fazem parte de grupos sociais vulneráveis.

A pesquisa procurou discutir algumas questões como as principais barreiras que as pessoas com deficiência visual do ICPAC enfrentam para terem acesso a informação.

Uma das principais barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual está relacionada ao acesso ao documento escrito em sistema adequado, já que existe pouco material transcrito para o Braille, desfavorecendo assim o acesso pleno à informação e o desenvolvimento cultural das pessoas com deficiência visual.

Observa-se que as adaptações que facilitam a vida daqueles que possuem algum tipo de deficiência, porém ainda está longe de ser o ideal, para tanto o deficiente visual ainda fica a mercê do auxílio de outras pessoas para o sucesso em suas atividades principalmente no acesso a informação, pois depende de pessoas capacitadas e material adequado para terem acesso ao conteúdo contido no documento ou livro se estes não estiverem em Braille nem disponível sonoramente.

A responsabilidade das instituições informacionais é enorme nesta questão e abrem-se mais perspectivas de trabalho entre arquivo e o público alvo. A responsabilidade dos profissionais da informação é ainda maior. Cabe, na condição de futuros profissionais da informação, ter consciência que o mercado de trabalho é amplo, mas que nessa área de informação para o deficiente visual tem um papel fundamental que é proporcionar a estes usuários a possibilidade de acesso à informação.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L, T. et al. Conceituando Deficiência. In: Revista Saúde Pública, São Paulo, vol. 34n. 1, 2000. P. 97-103.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BOKOVA, Irina. Prefácio. UNESCO. Relatório Global UNESCO [livro eletrônico]: **abrindo novos caminhos para o empoderamento**: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência. Tradução DB Comunicação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014, p. iii.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Decreto-lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida, e dá outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 19 dez. 2000, p.5. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/110098.html>> . Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

_____. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei 9394/96, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental**: deficiência visual. v. 1 fascículos I – II – III / Marilda Moraes Garcia Bruno, Maria Glória Batista da Mota, colaboração: Instituto Benjamin Constant. _____ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001 196 p. (Série Atualidades Pedagógicas; 6).

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. Brasília: SEESP, 1994. Disponível em: <<http://www.defnet.org.br>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. Senado Federal. **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 2011**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/ordemdodia/arquivos/a_vulso/2011/PLS201100122_01.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

CASELLI, Brígida Carla Almeida. **Acesso à informação digital por portadores de necessidades especiais visuais**: estudo de caso no Telecentro Acessível de Taguatinga. 2007. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2007.

CARVALHO, José Oscar Fontanini. O papel da interação humano-computador na inclusão digital. **Revista Transinformação**. Campinas, v. 15, n. 3, p.77-89, set./dez. 2003.

CONDORCET, Bernard (2006). Acesso em: 14 de dezembro 2014. Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/~bernard/VL_encontro/4_ACESSI.TXT

CRESSWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Renato. A importância da inclusão digital. In: CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004. 112p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Brique de Lemos, 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNESCO, 1948. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 28 out. 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5147&revista_caderno=15>. Acesso em 04 nov 2014.

FUNDAÇÃO Dorina Nowill para cegos. Disponível em: <<http://www.fundacaodorinaorg.br/deficiencia-visual>>. Acesso em: 26 set. 2014.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Edição 30, abril de 2005. Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10028>>. Acesso em: 07 nov. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2014.

JARDIM, J.M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, Rio de Janeiro, 1999b**.

Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicações/mesa/o_acesso_informao_arquivistica_no_brasil.pdf> Acesso em: 20 out. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. rev. atual. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

LEVY, Cilmaria Cristina Alves da Costa; SIMONETTI, Patrícia. **O surdo em si maior**. São Paulo: Roca Ltda, 1999.

MALHEIROS, Tania Milca de Carvalho. **Estudo do usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**, 2009. 94 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade; TEÓFILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASINI, Elcie. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**. Brasília, Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MELO, Gardênia Lúcia Val de. **A cidade para todos: o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência** – Teresina: SEID, 2009. 48 (Série Sedinho e sua turma, 2).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre a deficiência** / World Health Organization, The World Bank. Tradução de Lexicus Serviços Lingüísticos - São Paulo: SEDPcD, 2012. Título original: World report on disability 2011.

PERLIN, G. **Identidade surda e a educação**. In: SKILAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 51-72.

POZZOBON, Graciela. **Atriz Graciela Pozzobon faz audiodescrição**. 2008. Disponível em: < www.youtube.com/watch?v=iBdR96qgKp0>. Acesso em 29 out. 2014.

QUEIROZ, Marco Antonio de. **O Braille, o computador e a ortografia**. 2000. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/ortograf.php>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

RIBEIRO, Elisa Antônia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. **Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 4, p.129-148, maio de 2008.

SILVA, Aparecida Maria da. Informação e inclusão acadêmica: um estudo sobre as necessidades sócioinformacionais dos universitários cegos e com baixa visão do campus I da UFPB. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 57, v. 1, p. 52-66, jan.-jun. 2014.

SILVA, Manoela Cristina Correia Carvalho. **Com os olhos do coração**: estudo acerca da audiodescrição de desenhos animados para o público infantil, 2009. 218f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 7-32.

TV PARAIBA 2014. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/tvparaiba/noticia/2014/07/tv-paraiba-disponibiliza-recurso-para-cegos-assistirem-programacao.html>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

UNESCO. Relatório Global UNESCO [livro eletrônico]: **abrindo novos caminhos para o empoderamento**: TIC no acesso à informação e ao conhecimento para as pessoas com deficiência. Tradução DB Comunicação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

APÊNDICE A



Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - CCBSA
Campus V – João Pessoa - PB
Curso: Bacharelado em Arquivologia

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, VOZ E DADOS BIOGRÁFICOS

Eu, _____, declaro que autorizo, de forma gratuita e sem ônus, a divulgação da minha imagem, assim como da minha história, para fins de exercício sobre as técnicas de coleta de dados de pesquisa, desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Tenho conhecimento que o referido exercício está sendo realizado pela graduanda Isabel Cristina de Sousa Cordeiro, sob a orientação do(a) professor(a) Suerde Miranda de Oliveira Brito. Igualmente que, diante do interesse do(a) graduado(a) pela, particularmente por minha obra, caso haja desdobramento da atividade, serei antecipadamente informado.

Estou ciente de que minha imagem poderá ser apresentada em outras atividades acadêmicas, como palestras, mostras, aulas, **sempre**, sem fins lucrativos.

João Pessoa, _____ de novembro de 2014.

APÊNDICE B

Termo de Assentimento (TA) (no caso do menor)

Utilizado quando o sujeito da pesquisa for adolescente – 12 a 19 anos segundo a classificação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "Acessibilidade e Barreiras Informativas de Portadores de Deficiência Visual: o caso dos usuários do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha". Neste estudo pretendemos: Identificar as principais barreiras informativas dos portadores de deficiência visual do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é que a Acessibilidade Informativa é um direito de todos os cidadãos assegurados por lei e que nesse sentido os portadores de deficiência visual também alcancem e possam desfrutar de um atendimento rápido e eficaz em igualdade de condições.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Primeiramente observaremos e tomaremos nota do local onde o estudo será feito, a essa observação dá-se o nome de pesquisa de campo, após observação aplicaremos o instrumento de coleta escolhido à entrevista que está composta por perguntas inerentes ao assunto principal e complementadas por questões ligadas às circunstâncias momentâneas a entrevista.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações junto ao pesquisador responsável listado abaixo ou com o acadêmico Isabel Cristina de Sousa Cordeiro telefone: (83)8819-8819 ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Unesco e Hust, telefone (49) 3551-2012. Estou ciente que o meu responsável poderá modificar a decisão da minha participação na pesquisa, se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, ____ de Novembro de 2014.

Assinatura do(a) menor ou impressão dactiloscópica.

Assinatura:
Nome legível:
Endereço:
RG:
Fone:
Data ____/____/____

Impressão dactiloscópica

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Data ____/____/____

Impressão dactiloscópica

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA A



1. Perguntas sobre dados sociodemográficas dos usuários da amostra do ICPAC

- Idade
- Nível de Escolaridade
- Endereço
- Naturalidade
- Profissão

- A cegueira é congênita ou adquirida?

2. Perguntas relacionadas ao vínculo com o Instituto:

- Há quanto tempo frequenta o Instituto dos Cegos?
- Quais os meios de informação são utilizados para mantê-lo informado no ICPAC?
- Quanto à Biblioteca do Instituto costuma frequentá-la?
- Com que frequência costuma ir à biblioteca?
- Quanto aos livros e revistas disponíveis na biblioteca qual a sua opinião.

3. Perguntas relacionadas ao meio digital e às barreiras informacionais

- Possui computador na sua residência?
- Utiliza o computador do ICPAC?
- Quais as dificuldades encontradas ao utilizar o computador?
- Cite algumas barreiras que dificultam o seu acesso à informação?

- Em sua opinião, quais as providências poderiam ser tomadas para melhorar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual aos meios de informação?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA B



Roteiro de Entrevista

1. Perguntas sobre dados sociodemográficas das professoras da amostra do ICPAC

- Idade
- Endereço
- Naturalidade
- Tipo de cegueira: congênita ou adquirida?

2. Perguntas relacionadas ao vínculo com o Instituto:

- Há quanto tempo trabalha no ICPAC?
- Quais os meios de informação são utilizados para mantê-lo informado no ICPAC?
- Qual sua opinião a respeito dos livros e periódicos disponíveis na Biblioteca?

3. Perguntas relacionadas ao meio digital e às barreiras informacionais

- Possui computador na sua residência?
- Utiliza o computador do ICPAC?
- Quais as dificuldades encontradas ao utilizar o computador?
- Cite algumas barreiras que dificultam o seu acesso à informação
- Em sua opinião, quais as providências poderiam ser tomadas para melhorar à acessibilidade das pessoas com deficiência visual aos meios de informação?

APÊNDICE D– DIÁRIO DE CAMPO

Data 06 de Outubro de 2014

A partir de hoje começo a desvendar e aprender um pouco sobre como vivem e os obstáculos que enfrentam os deficientes visuais do ICPAC.

Para começar a visita fui recepcionada pela psicóloga Valeria responsável pela parte administrativa do Instituto, a mesma me apresentou alguns funcionários e mostrou as dependências físicas internas e externas, e uma dependência em especial me chamou atenção a Biblioteca Marizete Rodrigues pelo fato de lá trabalharem pessoas cegas.

Achei interessante começar a observação por esse setor [...].

Data: 08 de outubro de 2014

[...] Como imaginei, não tive muito tempo para conversar com os usuários todos logo se dirigiram para suas rotinas de atendimento e aulas e mais uma vez fui parar na biblioteca, onde fiquei conversando e sabendo um pouco mais sobre a rotina dos usuários naquele espaço e sobre a vida cotidiana da Professora\biótecaria Y como a mesma desenvolve o trabalho de correção dos textos que são retirados da internet para serem passados para o Braille, observei que utiliza um reglete e uma cela Braille.

Quanto à organização da biblioteca Y revelou que os livros estão organizados para pessoas videntes tanto que as estantes estão dispostas de forma aleatória e os acervos estão dispostos de forma que não facilita a consulta dos usuários e funcionários já que as mesmas são cegas e a forma de identificar os acervos se dá apenas através de pedaços de cartolina enumera-os.

Quando conversamos em relação aos obstáculos que os deficientes visuais enfrentam no seu cotidiano Y informou que ainda hoje a maior dificuldade encontrada pelos deficientes é o preconceito das pessoas em relação a cegueira pois muitos julgam que por sermos cegos não somos capazes de trabalhar e de fazermos as coisas rotineiras de uma pessoa vidente.

Para finalizar a visita Y me mostrou como estavam organizados os livros e revistas da biblioteca e como fazia para localizar cada acervo, realmente o método é

ruim para quem não é vidente, os livros dispostos por volumes e sinalizados por cartolinas enumeradas, sendo o método bastante complicado para pessoas cegas.

Dia 20 de outubro de 2015

Depois de algumas visitas e conversas com algumas professoras cegas que trabalham no ICPAC resolvi que minha pesquisa teria que ser feita também com esse grupo até como uma forma de comparar as barreiras informacionais delas com as de um grupo de usuários. Então resolvi conversar com mais uma professora que também é cega a mesma ministra aulas de Sorobã e manuscrito para os usuários.

Quando iniciamos a entrevista a mesma falou que frequenta o Instituto desde a fundação e que foi alfabetizada e morou lá por um período quando o mesmo funcionava como internato e que ao se formar em pedagogia foi trabalhar na Instituição e permanece até a data dessa entrevista Outubro de 2014. [...]

Dia 22 de Outubro de 2015

[...] X relatou que a história da fundação do ICPAC está sendo escrita por um jornalista aposentado que está reunindo depoimentos de usuários e funcionários que estão no instituto há bastante tempo.

No que diz respeito aos arquivos relacionados aos usuários os mesmos estão organizados em armários e dispostos em pastas suspensas abrigadas na sala da administração enquanto constrói um arquivo na Instituição, pois o mesmo não dispõe de um lugar apropriado para abrigar os prontuários dos usuários.

Para encerramos a conversa X me falou um pouco sobre o ICPAC nas redes sociais Facebook, criado para divulgar o trabalho feito pelo instituto em prol das pessoas com deficiência visual e como forma de fazer o instituto ser lembrado pelas pessoas e assim elas conhecem e podem ajudar divulgando o instituto, fazendo doações e trabalho voluntário.

E assim terminam minhas visitas ao ICPAC.